

Negociação em 10 dias

Na reunião de ontem do Conselho de Segurança Nacional — (CSN) foram definidos os parâmetros da negociação externa que o Brasil começará dentro de 10 dias com os credores internacionais, já sob o regime da suspensão do pagamento de juros devidos aos bancos privados: crescimento do PIB de 5 por cento este ano, obtenção de recursos novos no mercado financeiro internacional da ordem de 4 bilhões de dólares e flexibilização das condições de renegociação da dívida, sobretudo em relação ao spread.

Ao mesmo tempo, ficou decidido que o Brasil se apresentará com um programa coerente e factível de ajuste interno da economia, propondo limitação do "deficit" do setor público a 2,5 por cento do PIB; um esforço para redução dos subsídios à produção e ao consumo e a adoção de uma política antiinflacionária capaz de assegurar um declínio sustentado da inflação a partir do mês de abril.

PROGRAMA

O esboço desse programa de ajuste interno foi elaborado pelo Ministério do Planejamento, devendo ser entregue ao presidente Sarney pelo ministro João Sayad na próxima segunda-feira. O programa, na visão dos técnicos que cuidaram de sua elaboração, é mais realista do que o programa de metas que o Presidente aprovou em julho do ano passado, começando por reduzir em dois pontos percentuais a projeção de crescimento do PIB, de 7 por cento este ano.

Embora não seja um progra-

ma detalhado, mas indicações concretas de como deve ser montada a estratégia econômica, há propostas para uma redução do nível de investimentos para adequar-se à expectativa de um menor crescimento do produto.

Um técnico que participou da elaboração do documento informou que, uma vez entregue ao Presidente, a proposta será discutida com o restante da área econômica, inclusive a equipe do Ministério da Fazenda, e também com a liderança da Aliança Democrática.

A redução do "deficit" público é um ponto importante no programa de ajuste interno que o Brasil levará à apreciação dos credores. Embora não haja consenso no Governo sobre a viabilidade da redução de investimentos das empresas estatais, há o firme propósito de demonstrar aos credores que o Brasil, conquanto se recuse a submeter-se ao monitoramento do Fundo Monetário International — (FMI) — não abrirá mão de um programa de ajuste que, não sendo recessivo, permita a organização da economia e a retomada do crescimento de forma sustentada, sem pressões inflacionárias exageradas.

Esse esforço envolverá os Estados, responsáveis por uma parcela do "déficit" público, especialmente os bancos estaduais, embora o Governo ainda não tenha decidido o que fazer com cinco bancos estaduais que se recusam a firmar com o Banco Central um programa de saneamento financeiro.